

1 Aos vinte e nove (29) dias do mês de novembro de 2022, às quatorze horas e dez minutos
2 (14h10min), instalou-se na sala 113 (1º andar) do Edifício Sede da Secretaria Municipal de
3 Educação (SMED), situado à Rua Carangola, nº 288, Bairro Santo Antônio, Belo
4 Horizonte/MG, a sessão plenária extraordinária do Conselho de Acompanhamento e
5 Controle Social (CACCS) do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de
6 Valorização dos Profissionais da Educação no município de Belo Horizonte – FUNDEB/BH,
7 com a seguinte pauta: **1) Prestação de Contas do Exercício do 5º bimestre de 2022:**
8 **apresentação dos demonstrativos e informações necessárias ao processo de validação no**
9 **Módulo de Acompanhamento e Validação do SIOPE (MAVS).** A reunião contou com a
10 presença dos seguintes conselheiros: Cristina Vieira Guimarães, Elizabeth Raidan, Maria
11 Helena Schmitz de Castro, Marcus Vinícius Lindenberg Fróes e Milton de Souza Júnior.
12 Justificaram suas ausências: Marcelino Cástulo Martins e Wagner Alves Pereira. Contou-
13 se, ainda, com as presenças de Alex Sandro da Silva Gomes e Kelson Damasceno como
14 convidados e de Vanessa Márcia da Cunha como servidora de apoio ao Conselho,
15 conforme a lista de presença. O Presidente Marcus Vinícius Lindenberg Fróes iniciou a
16 assembleia agradecendo a presença dos conselheiros e do Diretor Alex Sandro da Silva
17 Gomes da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (DPOF) e sua equipe e
18 passou a palavra a ele. O Diretor Alex Sandro da Silva Gomes disse que o modelo da
19 planilha já é do conhecimento de todos e que, simultaneamente à explanação do Servidor
20 Kelson Damasceno, teceria alguns comentários. O referido servidor iniciou a apresentação
21 da planilha informando que: a) A primeira parte refere-se ao demonstrativo das Despesas
22 por Natureza e que seu valor total foi de R\$1.998.998.879,56. b) Cada natureza de despesa
23 tem um código descritivo sendo que a codificação 319011 corresponde aos vencimentos
24 de servidores ativos lotados na rede municipal de educação cujo montante foi de
25 R\$854.365.302,40. Dentre todas as despesas da educação na folha de pagamento, a mais
26 representativa diz respeito aos vencimentos. c) Os encargos patronais (obrigações
27 patronais que representa o mesmo tipo de despesa), ou seja, encargos sociais da folha de
28 efetivos correspondeu à quantia de R\$169.346.099,42. Em seguida, foram feitos alguns
29 comentários e algumas perguntas que foram respondidas pelo supracitado diretor, a saber:
30 1) O FUNDEB 70 só é usado para o pagamento do pessoal da educação relativo ao
31 magistério? O ROT paga os servidores lotados na SMED? Resposta: Sim, tem sido feito
32 este tipo de despesa com o ROT ao longo dos anos, mas poderia ser pago com o FUNDEB
33 70 porque já existe orientação formal para isso. Dentro do percentual do mínimo de 70%
34 não estão alocados outros tipos de despesas a não ser a remuneração do pessoal do
35 magistério. 2) Há uma questão que diz respeito ao pagamento dos contratos com a Minas
36 Gerais Administração e Serviços S.A. (MGS – empresa particular), isto é, de não ser feito
37 com a verba do FUNDEB. Resposta: A lei permite ao gestor fazer gastos de outra natureza
38 resguardado o princípio de que o mínimo de 70% deve ser feito com o pessoal do magistério
39 e o restante pode ser feito com outras despesas, ou seja, há a prerrogativa do ponto de
40 vista legal. 3) A MGS é paga com o FUNDEB 30 (natureza de despesa 339037 – locação
41 com mão-de-obra)? Resposta: Sim; até o limite de 30%. Comentários: A) Há a sugestão de
42 que os recursos do FUNDEB não sejam utilizados para pagar a MGS, mas legalmente é
43 permitido. B) Há uma demanda histórica de que 100% dos recursos era direcionado ao
44 pagamento dos vencimentos do pessoal da carreira da educação, mas existe a questão
45 legal e, dentro do que é permitido pela lei, tem-se o FUNDEB 70 e o FUNDEB 30 que tem
46 sido atendido (observado). Resposta: É preciso entender o ponto principal, isto é, só se faz
47 o que a lei permite. Logo após, o presidente solicitou exemplos durante as explicações e
48 especial atenção à natureza de despesa 339035. O diretor da DPOF esclareceu que o
49 recorte da primeira parte do demonstrativo é pela natureza de gasto considerando todas as

fontes de recursos porque este é o esqueleto do SIOPE. Assim, considerando a natureza da despesa, gastou-se: a) R\$42.585.278,07 com material de consumo (pedagógico – livros – e de limpeza) contemplando as instâncias administrativas, até o mês de outubro; b) R\$805.950,00 (339035) com serviços de consultoria técnica especializada – verificação *in loco* do desempenho da Parceria Público-Privada (PPP da Educação) pela *Ernst & Young* Assessoria Empresarial Ltda; c) R\$2.218.991,32 com despesas com estagiários; d) R\$277.641.860,76 com a MGS considerando todos os postos de trabalho de todas as unidades; e) R\$406.397.916,40 (339039) com a prestação de serviços e descentralização das caixas escolares e as creches – custeio: pagamento de água, luz das escolas, da SMED, transporte, todo serviço prestado à pessoa jurídica, realização de eventos, telefone, correio, locação de imóveis; f) R\$6.456.036,96 (339040) com locação de máquinas de impressão, serviço de tecnologia; g) R\$29.168.303,25 com auxílio alimentação para os profissionais da educação (empenhado como custeio); h) R\$5.874.641,75 com auxílio transporte ao servidor; i) R\$3.016.430,63 com despesas do exercício anterior relacionada a contratos; j) R\$1.487,21 com a restituição ao PNATE; k) R\$3.251.230,19 com obras e instalações realizadas pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) que inclui desapropriação de escolas; l) R\$7.380.213,77 com aquisição de equipamentos de cozinha e mobiliários, equipamentos eletrônicos; m) R\$52.938.134,49 com auxílios (repasse exclusivos para creches e caixas escolares para a realização de obras); n) R\$76.045.868,46 com contraprestação de serviço – despesa específica referente à PPP da Educação, contemplando os serviços de operação das unidades desta modalidade de concessão. O contrato teve início em 2012 e tem duração de 20 anos. Daqui a 10 anos essas unidades passarão a ser gerenciadas pela SMED; o) R\$29.215.971,83 com compra de uniforme e estojo escolar que tem rubrica específica; não compõem os 25% da educação sendo despesa extra aos 25%; p) R\$272.250,00 com contratos com escolas de ensino especial com atendimento especializado a cerca de 30 estudantes; q) R\$764.756,54 com indenização e restituição trabalhista que compõe a folha da Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SUGESP); r) R\$383.178,25 com aquisição de gêneros de alimentação escolar, processada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC). Ressalta-se que não compõe despesa educacional; entretanto, pela metodologia adotada pelo SIOPE, as despesas relacionadas à alimentação escolar também devem ser informadas na prestação de contas. Todas estas despesas por natureza somaram uma quantia de R\$1.998.998.879,56. Na segunda parte do demonstrativo considera-se a despesa por Subfunção em que classifica-se a despesa por administração geral e níveis de ensino. O mesmo valor total de R\$1.998.998.879,56 foi distribuído por nível de ensino, sendo: R\$68.493.264,91 com a Administração Geral, R\$1.092.317.016,83 com o Ensino Fundamental, R\$779.791.148,70 com a Educação Infantil, R\$18.431.256,27 com a EJA, R\$7.718.058,00 com a Educação Especial, R\$999.730,74 com Difusão Cultural. Logo após, os conselheiros fizeram algumas considerações e perguntas, a saber: A) No recorte Natureza de Despesa por Desdobramento tem-se a natureza de despesa 339039 – itens 4 (serviços de energia elétrica), 5 (serviços água e esgoto) e 7 (serviços de telecomunicações) em que foi descrito para todos os itens a seguinte observação: ‘Despesas com energia elétrica para as unidades escolares da Rede Municipal de Educação e das instâncias administrativas da Secretaria Municipal de Educação’. Solicitou-se a correção para os itens 5 e 7 cujos serviços não referem-se à energia elétrica. Todas as despesas foram executadas com o FUNDEB 30? Resposta: As despesas foram executadas com o ROT; a única despesa feita com o FUNDEB 30 foi o pagamento à MGS e apenas no mês de outubro. B) O que significa ‘manutenção de software’ (339040 – item 4) com gasto de R\$632.002,43? Resposta: Foram gastos com impressoras, ponto eletrônico, locação de notebook. C) A classificação da natureza de despesa 449052 (valor de R\$4.600.825,53) cuja descrição se dá por aparelhos, equipamentos, utensílios médico, odontológico, laboratorial e hospitalar seria de material para a educação, considerando-se

102 que pelo detalhamento entende-se uma relação com a área da saúde? Resposta: É compra
103 de equipamento de ciências para as escolas que possui natureza de investimento e não se
104 encaixa em outros itens; esta classificação não permite modificação e não há lugar que
105 comporte melhor essa compra. Assim, por falta de classificação mais específica, essa
106 compra é colocada nesta natureza de despesa; em outras palavras, é feita a melhor
107 adequação dentro do material contábil. E ela é paga com o ROT. D) Há um ponto que foi
108 conversado na última reunião sobre abono onde não havia ainda uma resposta e hoje há o
109 PL nº 450/22 com valores divulgados. Os recursos de mais de 100 milhões de reais já estão
110 reservados, consolidados, discriminados para o pagamento do abono? Resposta: Estão
111 reservados para este fim e a intenção do governo é que seja votado com regime de urgência,
112 em dezembro. A articulação está sendo feita na Câmara Municipal para que passe o mais
113 rapidamente nas comissões e que se torne lei sancionada para ser executada. Hoje só se
114 pode separar o recurso e aguardar que o PL se torne lei. E) Tributariamente, estes recursos
115 são oriundos de 2018? Resposta: Na verdade, é em função do 'Caso Minas' em que o
116 Estado de Minas Gerais atrasou o repasse dos recursos em 2018 e no início de 2019 e foi
117 repassando a verba gradativamente em 2020, 2021 e 2022. O valor principal que o estado
118 ficou devendo ao município foi mais de 230 milhões de reais que foi gerando um efeito
119 cascata, ano após ano. Toda a dívida foi finalizada neste ano e, no próximo, não haverá
120 mais recurso extra. A gestão será feita dentro das despesas do ano. Os recursos do
121 FUNDEB serão menores do que a despesa que tem-se com a folha porque,
122 tradicionalmente, a despesa é maior do que a receita. Por este motivo, até 2020, 100% da
123 receita era aplicada com a folha e ainda faltavam recursos. F) Os servidores da educação
124 com a aposentadoria publicada em 2022 terão direito a receber o abono mesmo que de
125 forma proporcional? Resposta: Não há uma resposta no momento por ser uma questão da
126 Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SUGESP); fará a consulta caso a pergunta seja
127 formatada em nome do conselho. G) Apenas os servidores em exercício terão direito ao
128 abono? Quem encontra-se em licença sem vencimento não o receberá? Resposta: A lei do
129 FUNDEB impõe e não permite que se faça gasto com aqueles servidores que não fazem
130 parte da folha da educação; ela exige que o servidor esteja em exercício na educação. Os
131 servidores que encontram-se de licença sem vencimento não estão na folha. H) As pessoas
132 lotadas na SMED (juridicamente considerado em desvio de função relacionado à atribuição
133 do cargo) receberão o abono? Resposta: Estas pessoas estão apenas em desvio da
134 regência, mas estão na folha da educação e a carreira da educação não constitui-se apenas
135 pela regência. I) Os bibliotecários estiveram fora da carreira da educação (como
136 administradores porque eram analistas de políticas públicas) e, recentemente, parece que
137 houve um retorno na lei; eles têm direito a receber o abono? Resposta: Sim; pouquíssimos
138 cargos não vão receber o abono por restrição legal. A portaria está sendo elaborada pela
139 SMED com a contribuição da SUGESP no que diz respeito às situações funcionais dos
140 servidores. J) O que significa no relatório do MAVS a despesa de R\$127.540.656,70
141 considerada como restos a pagar? Resposta: É superávit do exercício anterior que pode
142 ser despesa que não foi paga ou paga com saldo do ano anterior com a folha; apuração a
143 ser feita no final do exercício ou dezembro que vai compor a análise do 6º bimestre. K) Há
144 uma expectativa relacionada à recomposição de conselheiros para o próximo mandato, que
145 encontra-se em curso. A lei exige um processo de transição num prazo máximo de até 20
146 dias antes do fim do mandato que seria até o dia 11/12. Há a preocupação em se fazer o
147 repasse da documentação e, a transição ocorreria mesmo havendo um único membro
148 designado, isto é, sem a composição integral. Havendo essa reunião na próxima semana,
149 é possível contar com a presença do Diretor Alex Sandro da Silva Gomes da DPOF?
150 Resposta: Sim. L) Existe a possibilidade de reeleição de conselheiros? Resposta: Não há
151 a probabilidade de recondução de conselheiros nem mesmo com vacância de segmentos.
152 Pode-se retornar ao CACS FUNDEB apenas em 2027. Depois, o presidente se colocou à
153 disposição para contribuir para o sucesso dos processos eletivos e sugeriu um comunicado

154 às escolas, por e-mail, de uma eleição presencial na SMED. Ele também disse que na
155 reunião do dia 13/12 será necessário o quórum qualificado para se fazer a última alteração
156 do Regimento Interno, ou seja, o acréscimo de uma reunião no mês de janeiro para a
157 escolha do presidente – a 1ª reunião anual do conselho – para garantir a validação da
158 prestação de contas do 6º bimestre. Em resposta, o diretor aprovou a proposta por
159 considerar funcional os procedimentos eleitorais (formato de uma miniconferência) e
160 também concordou com a mudança sugerida no Regimento Interno. Ele disse que, mesmo
161 que não haja todos os segmentos indicados e eleitos até o dia 13/12, pode ser feita uma
162 formação inicial aos novos conselheiros. Em seguida, o presidente sugeriu para o próximo
163 mandato, caso seja do desejo da nova presidência, que esta metodologia de validação da
164 prestação de contas permaneça porque as dúvidas são retiradas, muitos questionamentos
165 são evitados, trouxe transparência total e legitimidade ao processo. Ato contínuo, o diretor
166 revelou que tal ação foi citada na X Conferência Municipal de Educação como etapa
167 atingida na melhoria do processo de acompanhamento e controle social dos recursos
168 destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino – meta 20 (relacionada ao
169 financiamento) do Plano Municipal de Educação de Belo Horizonte. Por fim, o presidente
170 agradeceu ao Diretor Alex Sandro da Silva Gomes e reiterou o convite à participação no
171 momento de transição. Em resposta, o diretor se colocou à disposição. Às quinze horas e
172 cinco minutos (15h05min), o Presidente Marcus Vinícius Lindenberg Fróes agradeceu a
173 presença de todos e deu por encerrada a reunião. Para constar, eu, Vanessa Márcia da
174 Cunha, servidora de apoio ao CACS FUNDEB/BH, redigi a presente ata.